

# **Demonstrações financeiras**

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

31 de dezembro de 2020 e 2019  
com Relatório do Auditor Independente

# Salto Jaurú Energética S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Salto Jaurú Energética S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Salto Jaurú Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salto Jaurú Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

## Salto Jaurú Energética S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3</b>	<b>899</b>	704
Contas a receber	<b>4</b>	<b>6.673</b>	5.692
Estoques		<b>792</b>	792
Impostos a recuperar		<b>55</b>	49
Despesas antecipadas		<b>113</b>	229
Outros		<b>1</b>	3
Total do ativo circulante		<b>8.533</b>	7.469
Não circulante			
Imobilizado	<b>5</b>	<b>107.418</b>	102.555
Depósitos judiciais		<b>80</b>	80
Total do ativo não circulante		<b>107.498</b>	102.635
Total do ativo		<b>116.031</b>	110.104

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	<b>6</b>	<b>694</b>	687
Impostos e contribuições a recolher		<b>641</b>	453
Dividendos a pagar	<b>15</b>	<b>9.755</b>	3.397
Contas a pagar risco hidrológico	<b>8</b>	<b>21.629</b>	17.563
Total do passivo circulante		<b>32.719</b>	22.100
Não circulante			
Provisão para contingências	<b>7</b>	<b>537</b>	402
Total do passivo não circulante		<b>537</b>	402
Patrimônio líquido			
Capital social	<b>9</b>	<b>9.837</b>	9.837
Reservas de lucros	<b>9</b>	<b>16.939</b>	18.373
Ajustes de avaliação patrimonial	<b>9</b>	<b>55.999</b>	59.392
Total do patrimônio líquido		<b>82.775</b>	87.602
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>116.031</b>	110.104

## Salto Jaurú Energética S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional líquida	<b>10</b>	<b>26.840</b>	25.391
Custo de geração de energia	<b>11</b>	<b>(6.414)</b>	(12.890)
Lucro bruto		<b>20.426</b>	12.501
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	<b>11</b>	<b>(506)</b>	(464)
Outras receitas operacionais	<b>12</b>	<b>2</b>	7.018
		<b>(504)</b>	6.554
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		<b>19.922</b>	19.055
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	<b>13</b>	<b>1.383</b>	580
Despesas financeiras	<b>13</b>	<b>(4.732)</b>	(1.252)
		<b>(3.349)</b>	(672)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>16.573</b>	18.383
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	<b>14</b>	<b>(1.135)</b>	(1.034)
		<b>(1.135)</b>	(1.034)
Lucro líquido do exercício		<b>15.438</b>	17.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<b>15.438</b>	17.349
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<b>15.438</b>	17.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		15.237	2.110	6.109	62.785	-	86.241
Realização da avaliação patrimonial	9.c	-	-	-	(3.393)	3.393	-
Reversão da reserva legal para a reserva de lucros	9.d	-	(142)	142	-	-	-
Redução de capital ocorrida no exercício	9.a	(5.400)	-	-	-	-	(5.400)
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	9.d	-	-	(6.251)	-	-	(6.251)
Declaração de dividendos intermediários	9.d	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.349	17.349
Dividendos mínimos obrigatórios	9.d	-	-	-	-	(1.337)	(1.337)
Reserva de dividendos complementares	9.b	-	-	16.405	-	(16.405)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		9.837	1.968	16.405	59.392	-	87.602
Realização da avaliação patrimonial	9.c	-	-	-	(3.393)	3.393	-
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	9.d	-	-	(16.405)	-	-	(16.405)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.438	15.438
Dividendos mínimos obrigatórios	9.d	-	-	-	-	(3.860)	(3.860)
Reserva de dividendos complementares	9.b	-	-	14.971	-	(14.971)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		9.837	1.968	14.971	55.999	-	82.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

### Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		15.438	17.349
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	5	5.772	5.767
Baixa de ativo imobilizado	5	3	-
Extensão de outorga	5	(9.364)	-
Provisão para contingências	7	135	43
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(981)	(1.842)
Estoques		-	(19)
Impostos a recuperar		(6)	69
Depósitos judiciais		-	314
Despesas antecipadas		116	(134)
Outros		2	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		7	(3.701)
Impostos e contribuições a recolher		188	(47)
Contas a pagar risco hidrológico		4.066	(5.557)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.376	12.243
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	5	(1.274)	(162)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.274)	(162)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	9	-	(5.400)
Dividendos pagos		(13.907)	(7.547)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(13.907)	(12.947)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		195	(866)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		704	1.570
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		899	704
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		195	(866)
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		653	653
Valores pagos de CS:		352	382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Salto Jaurú Energética S.A. (“Salto Jaurú”, “SAJESA” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Salto (“PCH Salto” ou “PCH”), a manutenção e a operação de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH, bem como exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A PCH está localizada no município de Indavaí e no município de Jauru - MT, com 19,0 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 215, publicada de 15 de junho de 2001.

A Sociedade foi constituída em 26 de abril de 2001, e atualmente é controlada diretamente pela Brookfield Energia Renovável S.A.

A Sociedade foi autorizada pelo órgão regulador a entrar em operação em 29 de dezembro de 2007, sendo que, iniciou suas atividades de comercialização de energia somente a partir de 1º de janeiro de 2008.

O prazo da autorização da PCH Salto é de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução nº 215/2001, podendo ser prorrogado por igual período, conforme critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Comercializadora de energia (parte relacionada)	01/01/2020	31/12/2024
Distribuidora de energia	01/07/2007	30/06/2027

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

# Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 24.186 (Em 31 de dezembro de 2019, o montante era de R\$ 14.631). A Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

# Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

##### b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

##### b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

#### i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

##### ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar e os dividendos a pagar.

##### c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

##### d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

e) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 5.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.



# Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

#### i) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

#### j) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

#### k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	47	32
Aplicações financeiras	852	672
Total	<u>899</u>	<u>704</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2020	2019
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	48	672
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	400	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	404	-
			<u>852</u>	<u>672</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

### 4. Contas a receber

	2020	2019
Venda de energia	2.306	1.722
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	1.067	2.633
Contas a receber – partes relacionadas	3.300	1.337
	<u>6.673</u>	<u>5.692</u>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2020	2019
Saldo a vencer	6.411	5.692
Saldo vencido até 30 dias	192	-
Saldo vencido de 91 a 180 dias	35	-
Saldo vencido de 181 a 365 dias	35	-
Total	<u>6.673</u>	<u>5.692</u>

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado

	Em serviço				Em curso			Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
<b>31 de dezembro de 2018</b>	372	25.053	139.553	17.724	10.728	712	2.054	196.196
Adições	-	-	-	-	-	60	102	162
Transferências	-	599	-	-	-	1.484	(2.083)	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	372	25.652	139.553	17.724	10.728	2.256	73	196.358
Adições	-	-	9.364	-	-	62	1.212	10.638
Baixas	-	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Transferências	-	17	36	20	-	(61)	(12)	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>372</b>	<b>25.663</b>	<b>148.953</b>	<b>17.744</b>	<b>10.728</b>	<b>2.257</b>	<b>1.273</b>	<b>206.990</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>	(70)	(11.905)	(62.935)	(8.291)	(4.835)	-	-	(88.036)
Adições de depreciação	(7)	(966)	(3.895)	(489)	(410)	-	-	(5.767)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	(77)	(12.871)	(66.830)	(8.780)	(5.245)	-	-	(93.803)
Adições de depreciação	(7)	(969)	(3.896)	(489)	(411)	-	-	(5.772)
Baixas de depreciação	-	3	-	-	-	-	-	3
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>(84)</b>	<b>(13.837)</b>	<b>(70.726)</b>	<b>(9.269)</b>	<b>(5.656)</b>	-	-	<b>(99.572)</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	295	12.781	72.723	8.944	5.483	2.256	73	102.555
<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>288</b>	<b>11.826</b>	<b>78.227</b>	<b>8.475</b>	<b>5.072</b>	<b>2.257</b>	<b>1.273</b>	<b>107.418</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado--Continuação

#### a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	<b>25 a 50 anos</b>
Máquinas, equipamentos e instalações	<b>10 a 40 anos</b>
Reservatórios barragens e adutoras	<b>30 a 50 anos</b>
Transmissão e distribuição	<b>20 a 40 anos</b>

#### b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 112.984, o qual foi registrado no ativo imobilizado. Não foi constituído passivo diferido sobre o montante uma vez que a Sociedade apura impostos com base no lucro presumido.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado--Continuação

#### d) Extensão de outorga--Continuação

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Sociedade determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 30 meses, ao valor de R\$ 9.364. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

### 6. Contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	565	507
Contas a pagar – partes relacionadas	115	178
Seguros	14	2
Total	<u>694</u>	<u>687</u>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Riscos cíveis	<b>537</b>	402
Total	<b>537</b>	402

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Administração:

	<u>Cíveis</u>
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<u>359</u>
Atualização	43
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<u>402</u>
Atualização	<b>135</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>537</b>

O valor contingenciado no montante de R\$ 537 (R\$ 402 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a uma ação de desapropriação, movida em face de pessoa física.

#### Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Riscos cíveis	<b>122.069</b>	20.668
Riscos tributários	<b>228</b>	166
Total	<b>122.297</b>	20.834

#### Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 existem processos, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 22.297 (R\$ 20.834 em 31 de dezembro de 2019), referente a uma ação de desapropriação movida pela Salto Jaurú contra Adilson Tavares do Nascimento, uma ação anulatória monitória e uma ação tributária. Consta, ainda, uma ação civil pública ajuizada em 2020 pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

#### Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui uma ação de natureza passiva, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R\$ 228 (R\$ 166 em 31 de dezembro de 2019), referente a uma ação anulatória.



## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Contas a pagar risco hidrológico

A composição é:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
MRE/CCEE (*)	<u>21.629</u>	17.563
Total	<u>21.629</u>	<u>17.563</u>

(\*) O saldo se refere ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF.

A Sociedade está contratada no ambiente de contratação livre (“ACL”) e não repactuou o risco hidrológico no ano de 2015, porque não considerou vantajosa a metodologia proposta pelo Governo na época. Consequentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Em 08 de setembro de 2020, foi publicada a Lei 14.052/2020 que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, a qual a Sociedade avalia ser vantajosa.

A repactuação proposta dispõe que o ressarcimento aos geradores hidrelétricos se dará mediante a extensão de suas outorgas, de forma proporcional ao custo de capital gasto para com a exposição financeira indevida resultante de riscos não hidrológicos reconhecidos na referida lei. Em contrapartida, as sociedades que aderirem a repactuação devem desistir de forma definitiva e irrevogável de quaisquer ações judiciais que possuam em relacionadas a esta matéria e liquidar os passivos existentes suspensos por força destas ações judiciais. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2020 a Administração da Companhia aprovou a adesão aos termos propostos pela Lei 14.052/2020. A Administração está adotando as medidas necessárias para formalização da adesão a repactuação, incluindo, dentre outras atividades, o pagamento dos débitos em aberto e a formalização junto aos tribunais da desistência final e irretratável dos processos atualmente existentes relacionados a esta matéria, o que deve ocorrer até o final do primeiro semestre de 2021.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 9.837, dividido em 27.237.066 (vinte e sete milhões, duzentas e trinta e sete mil e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de agosto de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 5.400, sem cancelamentos de ações.

As ações ordinárias estão assim distribuídas:

Acionista	2020		2019	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Brookfield Energia Renovável S.A.	20.723.049	76,0839989	20.723.049	76,0839989
Utiriti Participações S.A.	3.631.245	13,3319977	3.631.245	13,3319977
Outros acionistas não controladores	2.882.772	10,5840034	2.882.772	10,5840034
	<b>27.237.066</b>	<b>100%</b>	<b>27.237.066</b>	<b>100%</b>

#### b) Reservas de lucros

##### b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

##### b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O lucro remanescente após compensação dos prejuízos, constituição da reserva legal, distribuição do dividendo mínimo obrigatório e possível valor destinado pela Assembleia Geral para a distribuição de dividendos complementares limitados a 25% do lucro líquido ajustado após as deduções supracitadas e/ou para outras reservas de lucros que se façam necessárias, deverá ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros até que seja obtida aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para distribuição aos acionistas.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Patrimônio líquido--Continuação**

#### b) Reservas de lucros--Continuação

##### b.2) *Reserva de retenção de lucros--Continuação*

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de reservas de lucros é superior ao capital social. A Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização para aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos nos próximos 12 meses.

#### c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, líquido dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, realizada em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores serão transferidos à conta de “lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado.

#### d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Em 18 de março de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 16.405 à conta de Reserva Especial.

Em 17 de dezembro de 2019, os acionistas, por meio da Reunião de Conselho de Administração, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019 no valor de R\$ 3.000.

Em 01 de outubro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a reversão parcial da reserva legal para a reserva de lucros e a sua destinação para distribuição de dividendos, no valor de R\$ 142.

Em 19 de março de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 6.109 à conta de Reserva Especial.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	<b>2.097</b>	3.217
Venda de energia elétrica – partes relacionadas	<b>19.042</b>	17.812
Resultado com MRE e CCEE (*)	<b>6.515</b>	5.602
	<b>27.654</b>	26.631
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	<b>(2)</b>	-
PIS	<b>(145)</b>	(221)
COFINS	<b>(667)</b>	(1.019)
Receita operacional líquida	<b>26.840</b>	25.391

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2020	2019
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica	5.404	1.046
Royalties ANEEL	1.029	995
	<b>6.433</b>	2.041
Custo com a operação		
Comissão de venda	-	4
Comissão de venda – partes relacionadas	508	538
Serviços de terceiros	625	841
Seguros	218	204
Pessoal	5	-
Depreciação	5.772	5.767
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas	1.574	1.592
Manutenção	124	151
MRE/CCEE (*)	(9.180)	1.397
Telecomunicações	114	109
Outros	221	246
	<b>(19)</b>	10.849
Total do custo de geração de energia	<b>6.414</b>	12.890
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	185	163
Serviços de administração – partes relacionadas	321	298
Outros	-	3
Total das despesas gerais e administrativas	<b>506</b>	464
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<b>6.920</b>	13.354

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$9.364 devido ao registro da extensão de outorga do GSF (Nota 5)

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Multas e juros sobre tributos	(7)	(2)
Baixa de provisão referente ao GFIS (Portaria 463)	-	7.413
Perda na venda de ativos	(3)	-
Outros	12	(393)
Total	<u>2</u>	<u>7.018</u>

### 13. Resultado Financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.383	26
Reversão da atualização monetária do GFIS	-	554
Total	<u>1.383</u>	<u>580</u>
Despesas financeiras		
Atualização de contingências	135	43
Despesas com juros e descontos concedidos	4.593	1.199
Outros	4	10
Total	<u>4.732</u>	<u>1.252</u>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Corrente		
Imposto de renda	769	664
Contribuição social	366	370
Total com despesas de impostos	<u>1.135</u>	<u>1.034</u>

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	22.250	22.250	26.631	26.631
ICMS	(2)	(2)	-	-
Outros – baixa liminar GFIS	-	-	7.413	7.413
	<u>22.248</u>	<u>22.248</u>	34.044	34.044
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	<u>1.780</u>	<u>2.670</u>	2.724	4.085
Receitas financeiras	1.383	1.383	26	26
Outras receitas	11	11	-	-
Base de cálculo total	<u>3.174</u>	<u>4.064</u>	2.750	4.111
% do imposto (*)	<u>25%</u>	<u>9%</u>	25%	9%
Total com despesas de impostos	<u>769</u>	<u>366</u>	664	370

(\*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Ativo</b>			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	192	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	3.108	1.337
		<u>3.300</u>	<u>1.337</u>
<b>Passivo</b>			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	68	132
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(b)	47	46
		<u>115</u>	<u>178</u>
Dividendos a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	7.424	2.585
Utiariti Participações S.A. (não controlador)	(c)	1.301	453
Outros acionistas (não controladores)	(c)	1.030	359
		<u>9.755</u>	<u>3.397</u>
<b>Receita</b>			
Venda de energia			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	459	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(d)	18.583	17.812
		<u>19.042</u>	<u>17.812</u>
<b>Custo/Despesa</b>			
Serviços de ADM			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(e)	321	298
		<u>321</u>	<u>298</u>
Serviços de O&M			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	1.574	1.592
		<u>1.574</u>	<u>1.592</u>
Comissão			
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(g)	508	538
		<u>508</u>	<u>538</u>



## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Se referem aos dividendos a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (e) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (f) Conforme contratos celebrados entre as partes, refere-se a serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustada anualmente pela variação do IGP-M;
- (g) Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. (Rede Com) e a Brookfield Energia Comercializadora Ltda. (BET) assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Com cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A., conforme termo de entendimentos, por força do qual, em determinadas condições, a Sociedade fica obrigada a pagar à Rede Com valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT. Por força desse instrumento, portanto, todas as obrigações de pagamento que a Sociedade tinha para com a Rede Com devem ser transferidas para a BET.

### 16. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 190.225 (R\$ 190.225 em 31 de dezembro de 2019) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2019).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48 a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2020			2019		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	899	899	-	704	704
Contas a receber	6.673	-	6.673	5.692	-	5.692
	<b>6.673</b>	<b>899</b>	<b>7.572</b>	<b>5.692</b>	<b>704</b>	<b>6.396</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Custo amortizado</b>
Contas a pagar	694	687
Dividendos a pagar	9.755	3.397
Contas a pagar risco hidrológico	21.629	17.563
	<b>32.078</b>	<b>21.647</b>

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2020 e 2019.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	899	704

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

#### d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

##### ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

##### iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

##### iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

##### vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

#### e) Derivativos

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.



## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **18. Eventos subsequentes**

Em 2 de março de 2021 a CCEE divulgou um novo cálculo dos impactos financeiros e extensão de outorga por conta da lei 14.052/2020. O valor recalculado da Sociedade é de R\$ 10.555 ocasionando um aumento da outorga em 35 meses.

### **19. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 19 de março de 2021.